ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO 1 2 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, REALIZADA NO DIA 3 DEZ DE DEZEMBRO DE 2015, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO 4 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 14h08min. 5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos 6 Santos (representante da sociedade civil - Assistentes Sociais); Rosilene Cordeiro Máximo 7 (representante da sociedade civil - Mão Amiga); Gilmar Lima (representante do governo -8 SEMDESC); Neuzira Cardoso Otoni (representante da sociedade civil – Psicólogos); Nilma Vieira 9 de Jesus (representante da sociedade civil – Associação Natal Justino da Costa); Clarice José Pires 10 (representante da sociedade civil – APAE); Dilma das Gracas Queiroz (representante da sociedade 11 civil - Abrigo Frei Anselmo), Osmar Leitão (representante do governo - Governo); e Eudes 12 Barbosa da Costa (representante do governo - Gabinete). Como convidada Ana Paula Machado 13 Ramos, coordenadora do CREAS. Presentes ainda, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC e Larissa Carolina de Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos. O presidente 14 Gilmar Lima iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Passando ao ponto de pauta: 15 16 "Relatório SIM-SUAS do mês de novembro/2015", informou o saldo do Piso Mineiro da Assistência 17 Social no último dia útil do mês de novembro no valor de R\$ 304.172,81 (trezentos e quatro mil e 18 cento e setenta e dois reais e oitenta e um centavos). Quanto ao saldo do Piso Mineiro, Gilmar 19 explicou que do valor apresentado já havia sido empenhado aproximadamente R\$ 97.000,00 20 (noventa e sete mil reais) para aquisição dos materiais para o atendimento do auxílio natalidade, 21 através da oferta de kits, e ainda estariam em processo licitatório materiais de consumo para 22 manutenção dos CRASs e das Casas Lares. Na oportunidade Gilmar passou a palavra para Ana 23 Paula, coordenadora do CREAS, a qual conforme acordado na última reunião ordinária, falou do 24 desenvolvimento do trabalho dentro da proposta do PETI. Ana Paula falou das mobilizações e 25 intervenções que vêm acontecendo e ainda da audiência pública que deverá ocorrer em breve. 26 Lucidalva questionou como estaria acontecendo às ações do PETI, mediante o quadro reduzido de 27 funcionários que estão operando nos equipamentos, e se o programa estaria sob a responsabilidade exclusiva do setor jurídico, uma vez que apenas este profissional estaria envolvido. Ana Paula 28 29 explicou que apesar das dificuldades o assistente social e o psicólogo têm procurado envolver-se 30 com o programa. Outro ponto questionado foi o atendimento das medidas sócioeducativas em meio 31 aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade – as quais também poderiam 32 estar prejudicadas pela ausência de atenção multiprofissional, uma vez que também estaria sob 33 responsabilidade do setor jurídico. Ana Paula explicou que esta característica perdura no CREAS 34 anteriormente a sua permanência no equipamento. Mas que na medida do possível tentam envolver 35 os demais técnicos. Mas a maior dificuldade ainda é a adesão dos adolescentes, que costumam não 36 comparecer por acreditarem em uma impunidade, uma vez que o CREAS não pode obrigá-los a Judiciário. Após as discussões, foram colocados para votação os relatórios SIM-SUAS do mês de novembro, referentes à Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, e ainda o saldo financeiro do Piso Mineiro, os quais foram aprovados da seguinte forma: Lucidalva (aprovou), Gilmar (aprovou), Rosilene (aprovou), Nilma (aprovou), Eudes (aprovou), Neuzira (aprovou), Clarice (aprovou), Dilma (aprovou), e Osmar (aprovou). Passando ao ponto de pauta: pedido de inscrição do Centro Educacional do Menor – CEM, Eudes passou a leitura do parecer da Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Inscrição, o qual colocou-se pelo indeferimento do pedido. Neuzira, conselheira e técnica de psicologia da entidade, falou não concordar com a decisão uma vez que acreditava que o CEM atualmente estaria desenvolvendo ações afetas à política de assistência social. Lucidalva falou desconhecer o trabalho desenvolvido pelo CEM, e que dessa forma iria abster-se do voto. Neuzira solicitou que Dilma colocasse o seu posicionamento. Posicionando-se Dilma falou que acreditava que a entidade estaria adequada às normativas da Assistência Social. Clarice também falou que iria abster-se do voto. Gilmar falou que acompanhando o parecer técnico reafirmava pelo indeferimento do pedido, uma vez que não se sentia em condições de analisar de forma diferente. Osmar também colocou que estaria votando pelo indeferimento baseando-se pelo parecer técnico e também pelo posicionamento da Comissão, o qual deveria ser considerado pela plenária. Colocado para votação Lucidalva (absteve-se), Gilmar (desaprovou), Rosilene (absteve-se), Nilma (desaprovou), Eudes (desaprovou), Neuzira (aprovou), Clarice (absteve-se), Dilma (aprovou), e Osmar (desaprovou). Sendo ressaltado que mediante o indeferimento, a entidade deveria recorrer da decisão junto ao CEAS. Neste momento as conselheiras Lucidalva e Neuzira ausentaram-se da reunião para comparecimento no Ministério Público onde estariam sendo aguardadas para outra reunião. Em seguida Gilmar procedeu à leitura de ofício da técnica de acompanhamento do Projeto de Saneamento do Bairro Santa Clara, o qual solicitava a indicação de dois conselheiros para compor a Comissão de Acompanhamento da Obra – CAO, sendo indicados os conselheiros Eudes como titular e Osmar como suplente. Em informes gerais, Gilmar falou da situação dos equipamentos, após o desligamento dos profissionais, sendo que estaria funcionando apenas o CRAS Pólo 1, com atendimento da assistente social e da psicóloga. Mas que a situação seria a mais provisória possível, uma vez que a intenção da administração seria de com a diminuição do percentual comprometido com a folha de pagamento, dar posse aos aprovados no concurso. Gilmar falou ainda que o Ministério Público teria recomendado o retorno dos profissionais, no entanto a Procuradoria Jurídica estaria preparando uma resposta, afirmando a impossibilidade do município em atender. Clarice propôs comunicar a SEDESE e o MDS acerca das condições de funcionamento dos equipamentos, Gilmar solicitou aguardar o posicionamento do jurídico junto ao Ministério Público e os desdobramentos que este deverá provocar. Em seguida esteve presente à reunião Marcelo Geraldo Amaral, técnico do

cumprir a sua medida, e que o equipamento vem discutindo a situação com o Ministério Público e o

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

5051

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o qual apresentou a proposta do Programa para apreciação e aprovação do CMAS, uma vez que o COMSEA ainda estaria inativo. Após os esclarecimentos pertinentes foi colocada para aprovação a proposta 000.002.816.31/2015, a qual foi aprovada da seguinte forma: Gilmar (aprovou), Rosilene (aprovou), Nilma (aprovou), Eudes (aprovou), Clarice (aprovou), Dilma (aprovou), e Osmar (aprovou). Gilmar solicitou o registro em ata de que as prestações de contas trimestrais estariam à disposição do CMAS para análise. Diante o acúmulo de trabalho Clarice sugeriu a composição de um mutirão para análise das prestações de contas, ficando acordado a realização do mesmo, para o mês de janeiro de 2016. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes. **ENCERRAMENTO: 16h10min.**